

MINISTÉRIO

Depois de pedir o impeachment do presidente, no auge da crise do mensalão, filósofo Roberto Mangabeira Unger assume a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, disposto a colaborar

Ex-crítico no time de Lula

Brasília – Um dos mais ferozes críticos do governo Lula, no auge da crise do mensalão, tem, desde ontem, cadeira na equipe ministerial e quer deixar de lado as diferenças do passado, para colaborar com o Palácio do Planalto. Depois de defender abertamente, em 2005, o impeachment de Lula, diante do quadro de escândalos e fraudes, o filósofo e professor de Harvard Roberto Mangabeira Unger foi empossado ontem como ministro da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, criada por medida provisória.

Um dos fundadores do PRB, legenda do vice-presidente José Alencar, depois de uma trajetória que incluiu a ligação com o pedetismo de Leonel Brizola e com o hoje deputado Ciro Gomes (PSB-CE), Mangabeira foi escalado por Lula para cuidar das políticas para o país

com foco em 2022, quando será comemorado o bicentenário da Independência.

Com um forte sotaque norte-americano, que mostra a origem paterna e o longo período de trabalho e estudos nos EUA, o novo ministro evitou falar aos jornalistas. Em seu discurso, admitiu ter combatido os quatro primeiros anos de administração petista e elogiou Lula por ter deixado de lado o passado e demonstrado magnanimidade, ao convidá-lo para integrar o governo.

Destacou que o Brasil vive um momento mágico, em que a parte esfomeada da população tem conseguido reinventar o desenvolvimento, e defendeu a criação de novas oportunidades. “A magnanimidade tem duas raízes: grandeza interior e preocupação com o futuro. Orientar-se para o futuro é

antever e antecipar uma vitória sobre os constrangimentos do presente. Nas democracias, a profecia fala mais alto do que a memória”.

INTELIGÊNCIA Lula evitou comentar as antigas críticas do novo ministro e, ao contrário do que normalmente faz, trocou o abraço por um cumprimento frio. Destacou, no entanto, a importância da pasta de Mangabeira e do planejamento de longo prazo, para se alcançar a justiça social e consolidar as conquistas das últimas décadas. “É por isso, meu caro Mangabeira, que você está guindado a fazer parte deste governo. É colocar a sua inteligência a serviço de outras inteligências e, possivelmente, muitas não estão aqui. Mas a universidade brasileira tem inteligência suficiente para colaborar e, muitas vezes, não é

convocada para dar essa colaboração. O povo brasileiro, do mais pobre ao mais rico, tem uma sabedoria invejável que, muitas vezes, não tem espaço, por milimétrico que seja, para dizer: ‘Eu gostaria de dar uma sugestão a esse partido, a esse deputado, a esse senador ou a esse governo’. Muitas vezes, também pela cultura política do país, nós, políticos, sabemos falar mais do que ouvir, e ouvir é uma qualidade sem a qual não conseguiríamos governar.”

O presidente voltou a dizer que considera pequeno um mandato de quatro anos para implementar um programa de governo e, numa referência ao antecessor Fernando Henrique Cardoso, criticou a postura de administradores que preferem deixar de lado obras iniciadas em gestões passadas, preocupados apenas com os dividendos

políticos. “Um dos problemas do Brasil quando a imprensa divulga canteiros de obras paradas, ao longo de nossa história, também é pelo fato de que cada governante é eleito com um programa e com um compromisso e ele, para não dar continuidade às obras dos outros, começa uma obra nova. E, assim, aquela que já estava em andamento, é paralisada para começar outra, que vai ficar paralisada, e outro vai começar outra, e assim por diante, e o Brasil vai devendo à sociedade esse futuro com que todos nós sonhamos, prometemos e que, muitas vezes, não conseguimos cumprir. Já que é para fazer, essa (obra) está quase pronta, deixa eu fazer logo e mostrar que aqui não tem obra de outro governo, aqui tem obra do Brasil e, portanto, se a obra é de interesse do povo brasileiro, nós vamos fazer.”

DE SAÍDA

Se o filósofo e professor universitário Mangabeira Unger passou a integrar o primeiro escalão, um dos nomes que ocupariam posição de destaque na Secretaria de Planejamento de Longo Prazo preferiu deixar o cargo que ocupava. Irmão do senador Aloizio Mercadante, o coronel Oswaldo Oliva Neto comunicou ontem ao presidente Lula sua saída do comando do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), incorporado pela nova secretaria. Segundo ele, a decisão foi tomada para evitar constrangimentos, já que as concepções de planejamento dos dois são distintas: Oliva defende o modelo europeu, enquanto Mangabeira é favorável aos conceitos norte-americanos. “Você teria duas autoridades dentro do NAE, com cabeças diferentes, com concepções de como montar estratégias diferentes. Além disso, estou no NAE desde a concepção, desde a idéia, desde antes de ele existir. Seria natural que a maioria dos funcionários viesse falar comigo, e não com ele. Em vez de somar, iria gerar um constrangimento”, justificou Oliva, que passará a trabalhar no programa de inclusão digital, do Ministério da Casa Civil.

DANIEL FERREIRA/CB



Com um cumprimento frio, Lula saudou o novo ministro, na cerimônia de posse, no Palácio do Planalto. Presidente quer contar com a inteligência do filósofo e professor universitário de Harvard

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UOL.COM.BR



MARCOS MICHELE/EM

A reforma política na opinião pública

Uma boa maneira de discutir a reforma política é começar pela consideração do que o distinto público pensa sobre ela. Não é a única forma, mas é bem melhor que ignorar quem deveria ser, em última instância, o mais ouvido.

Preliminarmente, é bom lembrar que é um assunto que interessa à maioria da população. Ao contrário da imagem convencional, ainda muito difundida, de que temas desse tipo são complicados demais para nosso povo, todas as pesquisas de opinião mostram que ele faz parte da agenda das pessoas comuns. Também, pudera, depois de tudo que aconteceu nos dois últimos anos, a idéia de que uma reforma política é indispensável para evitar a repetição de problemas como o mensalão foi se tornando uma unanimidade. Hoje, é salutar a constatação de que o sentimento popular é

amplamente favorável a ela: na última pesquisa da Vox Populi sobre o assunto, 63% dos entrevistados disseram que a reforma é “necessária e urgente” e 17% que era “necessária”, contra apenas 9% que afirmaram que não era nem uma coisa, nem outra.

Há, nas propostas de reforma, coisas que a população claramente aprova, coisas que ela desaprova com igual clareza e coisas sobre as quais não tem opinião, por desconhecimento.

Das primeiras, uma que tem apoio popular é a fidelidade partidária. O eleitor típico não vota nos partidos, mas nos candidatos, procurando identificar aquele que mais merece seu voto. Pode fazê-lo baseado nas suas opiniões pessoais ou ouvir a recomendação de alguém, mas é, quase sempre, na pessoa em que vota.

Apesar disso, o espetáculo

do chamado troca-troca partidário tem total rejeição. A frase que diz que “políticos trocam de partido, como quem troca de camisa” é ouvida no país inteiro e serve de metáfora para toda a falta de coerência e de compromissos típica de muitos políticos, em todos os níveis. Pular de um partido para outro seria, portanto, apenas uma evidência de quão pouco obrigado se sente o eleito pelo que disse ou fez em sua campanha. Disciplinar, coibir, limitar, tornar menos fácil o troca-troca, tem amplo apoio da população: 56% disseram aprovar a fidelidade, na pesquisa.

O mesmo valeria para qualquer proposta que aumentasse o controle social dos mandatos, mesmo que esse seja um dos temas que menos interessam aos políticos profissionais. Embora ausente das discussões

correntes, inovações capazes de provocá-lo teriam apoio largamente majoritário.

Entre as mudanças institucionais que ocorreram nos últimos anos, há uma que tem clara maioria a seu favor, mas que, ainda assim, continua na berlinda. Trata-se da reeleição, que quase ninguém quer mudar, a não ser, por razões pouco claras, os mesmos políticos que a criaram outro dia.

Há, também, uma mudança que tinha apoio significativo, parecia que ia acontecer e foi interrompida por ato do Judiciário, contrariando um desejo que tudo indicava ser quase consensual. A cláusula de barreira vinha corrigir uma distorção que a população enxerga em nosso sistema político, a proliferação de partidos que infesta o ambiente e provoca diversos problemas, como o próprio

troca-troca. Foi adiada por alguns anos.

O rol das coisas que a população não aprova, entre as que estão sendo discutidas na reforma, é grande. Uma delas é o financiamento público das campanhas, que a maioria imagina ser apenas uma forma de aumentar os gastos nas eleições, sugando recursos escassos e os desviando de aplicações mais nobres. Por isso, 60% dos entrevistados se disseram contra. Outras, são formas que diminuem a autonomia e a autoridade do eleitor sobre o processo de escolha dos eleitos, como, por exemplo, o voto de lista.

Voto distrital e sistemas híbridos de votação, coisas mais esotéricas, não têm apoio ou reprovção, por falta de informações a respeito. No dia em que alguém achar que vale a pena informar ao eleitor, ele certamente terá o que dizer. Interesse não lhe falta.

“

Depois de tudo que aconteceu nos dois últimos anos, a idéia de que uma reforma política é indispensável foi se tornando uma unanimidade